



ANÁLISE JURÍDICA

Projeto de Lei n. 52/2018, de autoria do Poder Executivo, que "Estima a Receita e Fixa a Despesa para o Exercício Financeiro de 2019.

O Projeto atende formalmente aos requisitos previstos no art. 131, do Regimento Interno.

I- REGIME DE TRAMITAÇÃO:

O Projeto deverá ser submetido ao rito processual legislativo Especial.

II- COMISSÕES PERMANENTES CONCERNENTES:

Primeiramente, nos termos do § 1º, do art. 176, do Regimento Interno, opinamos para que seja encaminhada fotocópia do Projeto de Lei nº 52/18 a todos os Vereadores, os quais no prazo de até 30 (trinta) dias, poderão oferecer emendas.

Após o decurso do prazo estabelecido no § 1º do art. 176, opino para que o referido Projeto e eventuais emendas apresentadas sejam encaminhadas a Comissão de Finanças, Orçamento e Gestão Pública, para fins do disposto no § 2º, do art. 176, e seguintes do Regimento Interno.

III- QUÓRUM E PROCESSO DE VOTAÇÃO:

Nos termos do § 2º, do art. 161, do Regimento Interno, o quórum para deliberação deve ser tomado por maioria simples de votos dos membros da Câmara, mediante processo simbólico, consoante disposição regimental prevista no inciso I, do art. 163.

Palmital, 13 de novembro de 2018.

Márcio Junior de Oliveira
Procurador Jurídico